

ENTRE SOMBRAS E CLARÕES: A BUSCA PELA IDADE MÉDIA

Jacques Le Goff (1924-2014)

Prof. Dra. Maria Eurydice de Barros Ribeiro
Universidade de Brasília – UnB
Coordenadora do PEM/UnB (Programa de Estudos Medievais)
Membro da Academia Portuguesa de História
maycebarros@gmail.com
Recebido em: 29/09/2015
Aprovado em: 05/02/2016

Resumo:

Jacques Le Goff (1924-2014) foi sem dúvida um dos maiores historiadores do nosso tempo. Participante ativo dos *Annales*, fundador da Nova História e de categorias tais como o imaginário, utilizada não apenas por medievalistas, mas por historiadores de outros territórios da história. Nesta breve homenagem, não só se buscou lembrar o grande impacto inovador de sua obra, mas também, da sua generosidade e gentileza. Do professor capaz de falar para todos. Enfim, um homem de inteligência brilhante, admirado e querido no mundo acadêmico por todos os que tiveram o privilégio de conviver com ele, quer no seletivo grupo de pesquisa, quer nos seminários.

Palavras-chave: Jacques Le Goff, longa Idade Média, imaginário, antropologia histórica, nova história.

Abstract:

Jacques Le Goff (1924-2014) is undoubtedly among the greatest medievalists of our time. Active participant of the *Annales*, founder of the New History and categories, such as imaginary, which have become expensive, not only to medievalists but to historians of other territories of history. In this brief tribute not only sought to remember the great innovative impact of his work, but also of his generosity and kindness. Teacher able to speak for everyone. Finally, a bright intelligence man, loved and admired in the academic world by all who had the privilege to live with him, either in the select group of research, whether in a unique way given seminars.

Keywords: Jacques Le Goff (1924-2014), imaginary, historical anthropology, new history.

É próprio ao meio acadêmico francês a publicação de um livro intitulado *Mélanges* (misturas), reunindo textos escritos por um grupo de intelectuais que acompanharam, participaram, enfim, estiveram presentes em determinados momentos do percurso intelectual daquele que se quer ainda em vida, ou, logo após a morte, homenagear. Tal livro é a expressão do respeito, do reconhecimento, da estima ou mesmo, simplesmente do coleguismo. Trata-se de um volume marcado pela heterogeneidade dos textos, que uma vez “nas estantes das bibliotecas tornam-se uma espécie de garantia da duração acadêmica imprescritível e asseguradora daquele que partiu deixando um importante legado intelectual.” (REVEL; SCHMITT: 1998, p. 9-10)

Em 1998, um grupo importante constituído por intelectuais, nem todos historiadores e nem todos medievalistas, se reuniram para prestar homenagem a Jacques Le Goff. Para alguém como ele, um livro de *Mélanges*, a despeito do grande intelectual que ele era, não pareceu uma boa ideia ao grupo. Ele estava então, com 75 anos e já havia recebido diversas honras, inúmeras medalhas, vários títulos *honoris causa*, enfim, era um dos “historiadores-faróis do seu tempo, formador de duas gerações de medievalistas de onde saíram muitos novos mestres.” (REVEL; SCHMITT: 1998, p. 9).

Afinal, Jacques, como o chamavam os mais próximos, ao longo da sua carreira, multiplicou os objetos estudados, pertenceu a várias instituições e formou um número de discípulos que não só ultrapassou as fronteiras da França, mas atravessou os oceanos. Tal como um aprendiz medieval, ele construiu uma obra original, prima, tornando-se o Mestre, fundando Escola. Uma Escola que nasceu da fusão de duas disciplinas, a Antropologia e a História – a Antropologia Histórica – que, todavia não excluiu o diálogo com as outras disciplinas nem com os demais historiadores no sentido largo, abrindo a porta aqueles que se dedicassem a outros períodos da história. O *Gahom – Groupe d’Antropologie historique de l’Occident médiéval* foi fundado em 1975 com o objetivo de coordenar a pesquisa e o ensino coletivo voltado especificamente, para a questão sociocultural da pesquisa em história medieval.

Assim, a homenagem tomou outro rumo. O título *Mélanges*, dedicado antes a inúmeros intelectuais, foi abandonado. Buscou-se a inspiração no próprio Le Goff. Isto é, em como ele havia se expressado no ensaio *Ego-história*, escrito alguns anos antes, a

convite de Pierre Nora, o qual ele próprio batizou *L'appétit de l'histoire*. O livro ganhou então o título sugestivo de *L'Ogre Historien, Autour de Jacques Le Goff*.

*

Eu tive o privilégio de chegar a Paris, para o doutorado, no momento em que a revista, *Annales*, já havia mudado de direção e passado a ser dirigida por uma nova geração de historiadores, nomeada posteriormente, de “terceira geração”. Pude assistir a consolidação das propostas do novo grupo que não se resumiam apenas em mudanças meramente administrativas. Quando, em 1975, Le Goff assumiu a direção da *Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais*, as propostas desta nova geração, embora não fossem tão homogêneas quanto às dos seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre e do sucessor, Fernand Braudel, entre outras proezas, distanciava-se da Sorbonne, com o desaparecimento da sexta secção. A história tomava uma direção teórica e metodológica que incomodava e até mesmo indignava os mais conservadores. Na época, a reação não poderia ser outra. Afinal, questionava-se tudo ou quase tudo, propondo-se *Novos Problemas, Novas abordagens, Novos objetos*, reunindo as mais diferentes correntes da historiografia francesa. Propostas que, quando lançadas, inicialmente, na trilogia *Faire l'histoire* organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, ao desembarcarem no Brasil, provocaram polêmica entre alguns, foram abraçadas por outros e abertamente hostilizadas, em particular, pela historiografia marxista.

Frequentar o seminário de Jacques Le Goff provocava evidentemente, não só em mim, mas em todos os presentes, estudantes, jovens professores, e interessados na Nova História, uma mistura de admiração e gratidão. Ele não foi apenas o grande medievalista, fundador da Nova História – inúmeras vezes homenageado – mas, sobretudo, um excelente professor. Os seminários eram ministrados com maestria. Nos anos 1980 deu início aos seminários coletivos voltado para documentos iluminados. Estavam então presentes Jean-Claude Schmitt, Jean-Claude Bonne e Michel Pastoureau. O fio condutor do seminário consistia no estudo do simbolismo monárquico. Por muitos anos o manuscrito estudado foi as *Cantigas de Santa Maria*.

O professor Jacques Le Goff possuía uma pedagogia muito própria, capaz de revelar, ao mesmo tempo, erudição e simplicidade. Expressando muita tranquilidade,

após se separar do seu cachimbo, se aproximava da imagem que projetava na parede um *folio* iluminado. Iniciava então, uma verdadeira “dissecação” da imagem, ao tempo em que não esquecia o texto escrito. O manuscrito o interessava como um todo. Havia, no seminário, alguma coisa difícil de ser descrita por alguém que iniciava o doutorado. Embora eu já conhecesse e já tivesse frequentado, no início dos anos 70, outras instituições de ensino francesas, a EHESSE era uma novidade: Os seminários não consistiam em aulas formais. Ele não tratava de acontecimentos históricos ou de teorias/filosofias da história capazes de interpretar os mesmos. Não permanecia sentado assumindo a postura do grande conferencista que, sem dúvida, ele foi. Como os grandes mestres, ele se colocava diante da fonte e próximo do público. Passo a passo, atento ao *fólio* projetado, ia indicando os procedimentos da pesquisa. A erudição impactava os presentes: a “dissecação” se fazia com profunda reflexão. Ele se detinha na iluminura comentando cada traço, cada forma, cada personagem, cada aspecto do quadro social que a iconografia das imagens revelava. Nenhum detalhe parecia lhe escapar.

No início do ano universitário, Le Goff não costumava entregar um programa ou mesmo uma bibliografia. Referia-se a vários nomes, escrevia outros diretamente no quadro negro, fazendo sempre um longo comentário historiográfico. Deixava assim, clara, a importância, para os que pretendiam se tornar medievalistas, de que o início de uma pesquisa consistia em conhecer e – em várias línguas – o que outros historiadores já haviam escrito sobre o tema que se pretendia estudar. Mas, houve momentos que produziram (em mim) certa surpresa. Foi quando percebi a importância que o grande Mestre atribuía as intervenções. Todos podiam fazer uso da palavra. A todos era concedida a mesma atenção. Recebíamos uma segunda lição: Tudo o que fosse dito no seminário deveria ser ouvido e discutido, favorecendo um clima propício ao debate. Nos seminários de Le Goff, havia descontração, respeito, a sensação positiva de que o ofício do historiador não deveria ser necessariamente, solitário e confinado em arquivos e bibliotecas. *Partager*, compartilhar, dividir, ouvir e respeitar a opinião do outro eram aspectos a serem observados e postos em execução.

Jacques le Goff foi um homem cuja convivência permitiu aos mais próximos traçar “diversos perfis.” Entre tais perfis, o de professor dedicado ao ensino sempre esteve aliado ao de historiador, cuja pesquisa foi inovadora e estimulante. Por mais de trinta

anos, ele conduziu seu seminário, continuando mesmo após a sua aposentadoria. O seminário foi, sem dúvida, testemunho inequívoco, pelo entusiasmo que ele possuía pelo ensino. “Ele soube dar um estilo e uma aura particulares que não deixaram indiferentes nem os estudantes nem os demais espectadores” (SCHMITT: 1988, p. 17).

Quando lhe foi indagado se ele sentia nostalgia da Idade Média, respondeu que “um prazer nostálgico, indissociável da História em geral, todos os historiadores sentem”, acrescentando:

A História mergulha na vida do passado, prolonga essa vida desaparecida, e a ressuscita – ou, pelo menos, é como se a ressuscitasse, sabendo, entretanto, obscuramente, que essa ressurreição arrisca-se a ser apenas provisória (LE GOFF: 2008, p. 28).

Foi essa busca constante pela vida dos medievais, ainda que sabendo que o encontro com ela não poderia deixar de ser efêmero, que seduz na sua obra. Le Goff abriu não só uma via de acesso aos tempos medievais, mas, várias. A riqueza e variedade dos seus textos não deixa qualquer dúvida quanto a sua imensa colaboração. Consciente, da longevidade da *civilização medieval*, expressão que ele próprio cunhou, dedicou-se ao estudo do ocidente dos séculos XI ao XIV. Interessou-se em particular pelo século XIII, quando se debruçou sobre a idade média urbana, as ordens medicantes, e ao que se tornou uma das suas principais obras: *São Luís* (1999), uma biografia que ele inicia em tom provocativo, indagando: São Luís existiu?

*

Entre as provocações que nos fizeram refletir, talvez a parte mais preciosa do seu legado para os latinos americanos é o conceito de *Longa Idade Média*, que permitiu reconhecer o medievo em terras americanas. A identificação de uma dimensão constituída pelo *imaginário*, termo que distinguiu cuidadosamente, de imaginação (própria apenas ao indivíduo), e das ideologias, iluminou a pesquisa até de historiadores que não são medievalistas.

No Brasil, alguns, até hoje, “torcem o nariz” para o conceito de Longa Idade Média. Erroneamente, viram no conceito uma categoria perigosamente confundida com a noção

de um tempo contínuo e sem rupturas. (Como, aliás, muitos concebem a história). Formou-se assim, a falsa ideia, de que havia uma espécie de “imperialismo” por parte dos medievalistas que ameaçava os demais territórios da História. Ora, se trata justamente do contrário. Jacques Le Goff reagiu a Idade Média elaborada pelos humanistas, sedimentada posteriormente pelos iluministas e que resultou em uma “idade bárbara e obscurantista”. Um tempo congelado na escuridão de um longo inverno, “no meio” antes da primavera, *medium aevum*, entre o final da Antiguidade e o começo da Modernidade. Não hesitou em afirmar, que a Idade Média não era isso. Não podia ser reduzida ao objeto de uma cronologia (LE GOFF, 2008).

Para ele, “falar de um período obriga a definir, a distinguir, a matizar. A idade média não escapa – longe disso – dessas exigências e dessas complexidades”. Assim, ele “não sentiu” (LE GOFF, 2008, p. 57) que a idade média acabava no século XV. Para ele, ela continuava no século XVI, confirmando a sua crença em uma “longa idade média, porque não via a ruptura no Renascimento” (Le GOFF, 1985, p.8) Afinal, a Idade Média havia promovido vários renascimentos e dentre eles, o Carolíngio do século IX foi um testemunho tenaz da busca do Império dos Francos em se apropriar da romanização. Para além da *Renovação do Império Romano* conduzida por Carlos Magno e concebida por Alcuíno, outros fatores circunscritos ainda ao modelo medieval da economia, das “mentalidades feudais”, do impacto provocado por milagres, dos métodos sempre escolásticos do ensino universitário e dos mesmos ritos monárquicos prolongaram a Idade Média. (Sobre a longa idade média). Considerando este amplo conjunto de fatores, para o medievalista a grande ruptura só viria com a revolução industrial inglesa e com a revolução francesa. E ainda assim, os fragmentos medievais sobreviveriam até o século XIX (Idem, 1985, pp.11-12).

No ensaio intitulado, *Pour un long moyen âge*, Le Goff analisou cuidadosamente como “os italianos inventaram na segunda metade do século XV o termo Idade Média, opondo os “antigos” desta época, “aos modernos de nosso tempo”. Analisando cuidadosamente, a construção do conceito de “idade média” detectou que a periodização trazia embutida a cronologia cristã das seis idades desde a Criação do mundo. A oposição entre “antigo” e “moderno” não era nova. Para ele, “foi afirmando esta modernidade, mas, a apresentando como o retorno à verdadeira Antiguidade, da Grécia

e de Roma, e também, não podemos esquecer, da Bíblia, que os humanistas criaram a Idade Média” (LE GOFF, 1985, p. 7).

Mais tarde, Georges Horn, erudito alemão, estabeleceu “três eras” para a história da humanidade: Antiguidade, Idade Média e Tempos Modernos (Arca Noé, 1666). Enfim, o “tempo médio” *medium aevum* estaria entre 300 e 1500. Em 1678, Du Cange no seu célebre *Glossaire*, dividiu a língua latina em duas: o latim antigo e o latim medieval, indicando esta última como língua de decadência. No século seguinte, o termo Idade Média abandona a expressão em latim, *medium aevum*, passando para o vernáculo e sendo divulgado a partir daí, *à priori*, mesmo junto a países que não a vivenciaram (LE GOFF, 1985, p.8).

Em síntese, o que perdurava era a visão de que o Renascimento Italiano introduzira uma ruptura. Foi esta ruptura que Jaques Le Goff nunca pôde aceitar. Em 1983, ele propôs que se “reduzisse esta ruptura a suas justas proporções, um acontecimento brilhante, mas superficial” (Idem). Negando enfaticamente, a existência de renascimento na história, ele afirma que: “Existem somente mutações que por muito tempo se refugiaram na máscara de um retorno à Antiguidade” (LE GOFF, 1985, p.8). Os Renascimentos são precisamente características do período que se estende da Antiguidade a Modernidade, quando a modernidade foi plenamente assumida – nos meados do século XIX”. Complementando que o que caracteriza o longo período medieval é a procura constante, de uma “autoridade do passado” e de “uma idade de ouro anterior” (LE GOFF, 1985, p.8-9).

Le Goff fundamentou sua concepção de *longa idade média*, na interlocução com autores que procuraram determinar ou entender como se poderia construir e distinguir os períodos da história do ocidente europeu. Ele começa pondo de lado a metodologia marxista, do modo de produção feudal. Embora reconhecendo o peso da teoria de Marx, ele a julga insuficiente para a Idade Média, uma vez, que considera que o cristianismo é o fator determinante da longa Idade Média, sendo ao mesmo tempo, religião e ideologia. Neste sentido, ele procura pontos de vista menos globalizantes, que possam melhor justificar a existência na história do ocidente cristão, de uma longa Idade Média (LE GOFF, 1985, p.10).

O esquema tri-funcional de Georges Dumézil (LE GOFF, 1985, p.11) colabora neste sentido. Seu aparecimento (ou reaparição) na celebre fórmula *oratores, bellatores, laboratores*, isto é, os que rezam, os que combatem e os que trabalham – padres, guerreiros e camponeses – permaneceu até a revolução francesa (três estados). Só após a revolução industrial será constituída uma nova trifuncionalidade determinada pelas atividades primárias, secundárias e terciárias, definidas pelos economistas e os sociólogos. Porém ao mesmo tempo, ele nos adverte da possibilidade de romper com as tentativas de periodização, recorrendo a celebre expressão de Witold Kula, (LE GOFF, 1985, p.12) para quem cada época é portadora de uma “coexistência de *assincronismos*”, ou seja, as diversas séries de fenômenos históricos estariam sempre deslocadas (no tempo e no espaço) uns dos outros, voltando-se para os “*modelos*” como suporte de explicação histórica” (LE GOFF, 1985, p.10-11).

Concluindo, afirma que “esta perspectiva mais longa, parece melhor adaptada a uma cronologia vista mais do alto, a uma história mais lenta onde a evolução das estruturas profundas, materiais e mentais, contam mais que a dos acontecimentos rápidos e superficiais” (LE GOFF, 1985, p.13).

Não foi à toa, que o texto acima referenciado, *Para uma longa idade média* foi o primeiro ensaio de *O Imaginário Medieval* (1985), uma vez que ao conceituar a dimensão do imaginário, o diferenciando da imaginação, e o definindo como parte da representação, Le Goff enfatizou a importância dessa categoria para uma história da idade média, que se distanciava da cronologia tradicional (séculos V-XV) para se estender até o século XIX. Ao afirmar no prefácio (LE GOFF, 1985, p. III) que a “história do imaginário tem documentos privilegiados”, referiu-se as obras literárias e artísticas, frisando que estas, são documentos difíceis para o historiador. Advertindo que “as imagens concretas são objeto de uma ciência individualizada: a iconografia” (LE GOFF, 1985, p. V). Le Goff chama atenção para a importância da Iconologia, desenvolvida pelos trabalhos de Erwin Panofsky e Meyer Schapiro. São estes trabalhos, dentre outros, que permitem pela análise das imagens em sua totalidade (temas, estruturas, cores, posição no manuscrito, relação com o texto) compreender o funcionamento da imagem na sociedade. Elas possuem uma longa duração

evidenciando o quanto é frágil do conceito de “renascimento”, resistente ainda, tanto na história, quanto na história da arte.

Hoje mais do que nunca, sabe-se que a história não se alimenta de ciclos de vida e de morte. Neste sentido, o conceito de Renascimento Italiano é, no mínimo, inapropriado. As imagens, como bem colocou Aby Warburg (1)¹, não morrem, *sobrevivem*, possuem, por isso, uma *longa duração*. Para Warburg, o modelo de vida/morte/renascimento deveria ser substituído por um modelo cultural.

Atualmente, Warburg anda mais presente do que nunca entre os historiadores da arte. Ao que nos diz respeito, falando das imagens e dos historiadores, Jean-Claude Schmitt (1997, p. 35) sublinhou que “A integração da história da arte no projeto de uma história cultural “total” deveria conduzir a elaboração das periodizações muito mais complexas que aquelas cujos historiadores e historiadores da arte estão habituados.”.

Em 2004, Jérôme Baschet, então professor em Chiapas, (México) lançou *La civilization féodale – De l’an mil à la colonization de l’Amérique*, traduzido para o português em 2006. A importância do compêndio provocou uma certa reação na França e em parte da América Latina.

A publicação de Baschet, dedicada a Jacques Le Goff sem dúvida, foi uma das mais belas homenagens que ele recebeu em vida. Reagiu como sempre, espontaneamente, com alegria e simplicidade, escrevendo no prefácio:

Evidentemente, sinto-me feliz por ver que Jérôme Baschet justifica, melhor do que eu havia podido sugerir, a concepção de uma longa Idade Média que supera, ou melhor apaga a falsa ruptura de um século XVI, de um Renascimento que seria sua negação e que remeteria às trevas do obscurantismo” (BASCHET, 2006, p. 17).

Esta era uma das muitas facetas do homem que se fez medievalista quando ainda muito jovem conheceu e vibrou com a floresta de *Ivanhoé*, romance histórico, de Walter Scott (LE GOFF, 2008, p.25). Foi aí, que iniciou a busca da Idade Média. Como afirma Pierre Nora, que manteve com ele uma amizade de trinta e cinco anos, existiam “vários

¹ Aby Warburg é considerado como o instaurador do método iconológico que foi posteriormente desenvolvido por E. Panofsky. O estudo da obra de Warburg se tornou importante para a História ao propor o estudo de uma cultura das imagens. Na última década, ganhou maior divulgação no Brasil, graças aos trabalhos de Georges Didi-Huberman.

Le Goff”. Sem dúvida, ele foi o historiador que distinguiu os tempos, o espaço e os objetos; que aproximou e ao mesmo tempo, separou, o cristianismo do paganismo; a usura, da economia e do purgatório; o espaço social e o espaço simbólico, a carne do espírito. Enfim, a dívida dos medievalistas é impagável. Na homenagem feita em 1998, intitulada carinhosamente, *O Ogro Historiador, em torno de Jacques le Goff*, o título revela a imensa curiosidade que sempre guiou os seus passos. Mas, sobretudo, a sua filiação aos Annales, ao maior talvez, de todos os medievalistas, Marc Bloch, que no conhecido texto editado após a sua morte por Lucien Febvre, *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien*, dizia, “O bom historiador se parece ao Ogro da lenda. Onde ele fareja a carne humana, ele sabe, que esta a sua caça.” O apetite, todavia se fez coletivo, próprio daqueles que apreciam uma boa comida, que gostam de compartilhar a mesa com outros para se deliciar com algo diferente, frequentemente, não encontrado nos cardápios da História.

Bronislaw Geremek lembrou as palavras de Le Goff ao concluir o ensaio de *Ego Histoire: Je n’ai pas fini et je ne me sens pas finir*. (GEREMEK, 1998, p. 108)

É evidente que não, porque ele não nos ensinou apenas como “fazer história” mas, sobretudo, como olhar para a história – literalmente – para as imagens pintadas nos manuscritos, esculpidas na pedra, edificadas nas grandes catedrais. A palavra escrita narra, descreve, supostamente transmite uma realidade do passado, as imagens deixam ver, transmitem figuras que flutuam oscilantes, testemunhando entre o passado e o presente, entre o visível, o invisível e o virtual.

Combatendo veementemente os clichês que ainda hoje são colados ao medievo, Le Goff não produziu uma Idade Média romântica. Entre sombras e clarões identificou no período de 1000 anos, a longa gestação dos tempos modernos.

REFERÊNCIAS

- BASCHET, Jérôme, **A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América.** São Paulo: Ed. Globo, 2006.
- KRÜGER, Klaus. SCHMITT, Jean-Claude. **Der Blick auf Geschichte im Gespräch.** Göttingen: Max-Planck-Institut Für Geschichte, 1977.
- LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média.** Com a colaboração de Jean Maurice de Montremy. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LE GOFF, J. **L'imaginaire médiéval.** Essais. Paris: Gallimard, 1985.
- REVEL, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **L' Ogre Historien. Autour de Jacques Le Goff.** Paris: Gallimard, 1998 .